

BSERVATÓRIO CIDADÃO

ONG participa de pesquisa nacional

Entidade contribui em projeto que avalia transparência da gestão pública em capitais brasileiras e no governo do Distrito Federal

O Observatório Cidadão é uma das 11 entidades da sociedade civil que ajuda o Instituto Ethos e Amarrilho Brasil no projeto Cidade Transparente, cujo intuito é avaliar a transparência da gestão pública e a existência de canais de participação para a população em todas as capitais brasileiras e no governo do Distrito Federal. O convi-

te à iniciativa de caráter nacional, ressalta a ONG local, reforça o trabalho de dois anos e meio em defesa da transparência das ações dos poderes públicos.

A ONG local contribuiu para a construção dos 129 indicadores que procurarão responder a quatro perguntas: Existem canais de informação pelos quais a popula-

ção pode ter acesso aos dados e informações sobre a gestão pública de sua cidade?; Fornecem as informações necessárias para o controle social?; Esses canais funcionam bem?; e Existem mecanismos que possibilitam a participação social?

Para Renato Morgado, coordenador de políticas públicas do Instituto de Mane-

jo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e que integra o Observatório desde o seu início, "o convite para participar do Cidade Transparente dá um sentido mais amplo ao trabalho desenvolvido, na medida em que a experiência adquirida ao longo desses anos poderá ser útil em outros projetos e em nível nacional". Ele afirma

ainda que "a transparência e o acesso à informação são direitos do cidadão e vetores importantes no combate à corrupção e na busca por maior eficiência na gestão pública. Além de obrigação legal, é um compromisso que deve ser assumido por todos os administradores públicos."

O resultado da avaliação, informa o Observatório Cida-

dão, produzirá um índice de transparência municipal, o Índice Cidade Transparente, que permitirá comparar o grau de transparência das diferentes capitais brasileiras. "O objetivo do Cidade Transparente é incentivar a transparência e a integridade na gestão pública e estimular o controle social, fortalecendo o acesso à informação", destacam.